

A capacitação de pesquisadores, particularmente de estudantes de mestrado e doutorado, para escrever artigos científicos em revistas de alto impacto, vem sendo uma preocupação crescente das instituições brasileiras de ensino superior.

O número desses cursos tem aumentado significativamente, e propostos não apenas por editores de periódicos científicos interessados em receber submissão de artigos de qualidade, o que reduziria o período de tempo entre o recebimento do manuscrito e sua publicação, mas atividades dessa natureza vêm sendo inseridas nas grades curriculares de cursos de graduação e de pós-graduação.

A ideia principal é melhorar os indicadores dos programas de pós-graduação e das próprias universidades nas avaliações nacionais e internacionais.

A busca por esses cursos é compreensível, esclareceu a ex-editora da revista "Science", Márcia Elblink, fundadora da empresa Publicare, especialista em treinar cientistas a escrever textos científicos, em uma reportagem da "Folha de São Paulo" em outubro de 2011: "Os pesquisadores nunca foram ensinados a escrever de maneira técnica e muito menos em inglês." Ela afirma ainda que esse não é um problema exclusivamente brasileiro.

Nesses cursos são apresentadas e discutidas orientações para redação que contemplam desde os tópicos da estrutura e conteúdo de um texto científico, seleção da revista, resposta a pareceres e, especialmente, as questões de ética nas publicações científicas abordando, entre outros assuntos: múltiplas submissões de artigos, plágios e autoplágios, manipulação de dados e inclusão de autores sem colaboração intelectual na pesquisa.

As inúmeras publicações sobre esse tema indicam vários motivos para o aumento de má conduta na pesquisa, entre os quais: maior facilidade de acesso à internet e a softwares que facilitam tanto a prática como a detecção de fraudes e a crescente pressão por produtividade.

Os órgãos de fomento de pesquisa vêm se preparando para enfrentar esse tipo de problema. Uma Comissão de Integridade Científica (Ciac) do Conselho

Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), criada em 2012 especificamente para tratar do tema, definiu "um conjunto de diretrizes para promover a ética na publicação de pesquisas científicas e estabeleceu parâmetros para investigar eventuais casos de condutas reprováveis". A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) publicou um código de boas práticas científicas, em 2011, que estabelece "princípios fundamentais da integridade na ciência e determina prazos e regras para investigar possíveis casos de má conduta".

As universidades e institutos de pesquisa vêm também realizando um movimento de enfrentamento às fraudes na produção científica (trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e artigos), adotando programas de computadores para auxiliar seus professores a identificar casos suspeitos. Alguns desses programas estão gratuitamente disponíveis na internet, enquanto outros, mais sofisticados, são em geral pagos. Cada uma dessas ferramentas dispõe de um sistema próprio de avaliação. De modo geral, analisam parágrafos e comparam com conteúdos similares de sites da internet, com bibliotecas eletrônicas e com outros trabalhos cadastrados em base de dados, indicando até o endereço do conteúdo original.

Finalmente, é preciso esclarecer que essas ferramentas não são absolutamente infalíveis, e que a conduta ética na pesquisa deve ser um dos atributos desenvolvidos na formação do pesquisador preparado para fazer ciência de excelência, ou seja, gerar conhecimento novo. Em uma análise mais densa sobre os desafios da produção científica, podemos estar vivendo não só uma crise em termos éticos, mas o distanciamento da satisfação e mesmo da alegria do ato de pesquisar.

Os Editores